

ELOGIOS PÓSTUMOS A RODRIGUES DE CARVALHO: USOS E ABUSOS DA BIOGRAFIA COMO DOCUMENTO HISTÓRICO

Ana Luiza de Vasconcelos Marques*

É cada vez maior o interesse de leitores pelo estudo das biografias, histórias de vida, diários, correspondências, autobiografias, entre outras abordagens do gênero de escritos, ou melhor, da escrita de si. No entanto, conforme explica Angela de Castro Gomes (2004), para (re)construir as histórias de vida, é preciso cautela no que diz respeito aos fatos narrados nas biografias. Segundo Gomes, muitas vezes esses fatos são expostos numa retórica específica, que faz uma associação direta entre uma cronologia unidirecional, supondo a “existência de ‘um eu’ coerente e contínuo, que se revelaria nesse tipo de escrita, exatamente pelo “efeito de verdade” que ela é capaz de produzir” (2004, p.15).

Sob tais considerações, para abarcar o perfil de Rodrigues de Carvalho, além da advertência das “ilusões biográficas” atribuídas ao sentido único de verdade dos fatos, se faz necessário reconstruir o seu contexto e apresentar ao leitor o seu lugar social¹. Afinal, conforme Pierre Bordieu (1996, p.190), não se pode compreender uma trajetória sem que se tenha previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela atuou.

Seguindo essa perspectiva e burilando as fontes acerca de José Rodrigues de Carvalho², nota-se que apesar de conceituados estudiosos como Luís da Câmara Cascudo (1962), Gilberto Freyre (1937) e José Américo de Almeida (1995) publicarem comentários laudatórios em relação às obras e ao próprio Rodrigues de Carvalho, são raros os estudos dedicados à sua produção intelectual. Sendo assim, foram encontradas apenas notas biográficas bastante resumidas e, por vezes, informações desencontradas e fragmentadas sobre sua trajetória social e política, em livros, trabalhos e artigos de escritores e estudiosos como: Liberato Bittencourt (1914), Pedro Baptista (1936), João Rodrigues Medeiros (1936), Oscar de Oliveira Castro (1955), Octacílio Queiroz (1968), Demócrito de Castro e Silva (1969), Luís Pinto (1970), José Ferreira de Lima (1995) e Afonso Pereira da Silva (2004). Em linhas gerais, esses autores buscam privilegiar sua trajetória política e social, além de enfatizar em engrandecedores adjetivos o seu temperamento, reconstruindo então uma “cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas” (LEVI, 1996, p.168).

* Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal da Paraíba. Email: aniinha@msn.com

No entanto, é preciso ressaltar que nosso foco neste trabalho não tem como intuito reconstruir e/ou reproduzir a história de vida do sujeito em destaque. Nosso objetivo se debruçará em perceber como as biografias aqui consultadas elucidam não só “lugares de memória”, como também esboçam um discurso de verdade, o qual é reforçado e reconduzido pelas práticas discursivas. Conforme enunciado em nota de rodapé, as maiorias das obras que retratam sobre Carvalho exaltam homenagens durante seu centenário de nascimento e o interesse de “reconstruir e reedificar pedra por pedra, como se tratasse do Colosso de Rhodes nas destroçadas praias do mar Egeu, a estátua ainda não moldada em bronze desse esquisito e nômade JOSÉ RODRIGUES DE CARVALHO [...]” (SILVA, 2004, p. 99).

Desta forma, no que se refere à citação acima, nota-se o esforço de reviver e reinterpretar o passado, bem como contribuir para que os acontecimentos, no que concerne a vida de Rodrigues de Carvalho, não caiam no esquecimento, pois segundo Pedro Luis Navarro Barbosa, é em vista disso que “a memória torna-se um agente da história, uma vez que as representações do passado, com seus mitos e deformações, podem também influenciar a realidade e o curso dos acontecimentos históricos” (BARBOSA, 2003, p. 115).

Na construção da biografia, a memória ocupa lugar central. Os relatos de vida geralmente expõem os fatos acerca do biografado como caminho guiado segundo uma ordem cronológica e, portanto, orientado por um começo, meio e um fim. De acordo com Bourdieu (1996), o autor seleciona os fatos mais relevantes e estabelece conexões entre eles a fim de dar coerência a uma determinada vida. Para ele:

[...] produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como um relato coerente de uma seqüência de acontecimentos com significado e direção de, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar. (BOURDIEU, 1996, p. 185).

Neste sentido, vejamos a seguir trechos que apontam um trabalho de “enquadramento” da memória, retomando desde “as origens” até os “últimos passos” de vida do sujeito, e que conseqüentemente, visam restaurar sua história, neutralizá-la e torná-la um mito. No livro *O Homem Gôrdo de Tauá*, o autor Octacílio Nóbrega de Queiroz, inicia narrando de forma elogiosa a vida do protagonista desde o começo:

Filho de agricultores pobres e emigrados de um para outro município, atirado criança ainda à dura faina do balcão, José Rodrigues conheceu muito cedo o desafio que a vida lhe iria impor às energias de infatigável trabalhador. Assim, até enquanto viveu, jamais se refugiou ao cicerônico “otium cum dignitate”, da tradição clássica. (QUEIROZ, 1968, p. 12).

Afonso Pereira da Silva (2004) faz relatos sobre o biografado fazendo uso de sua narrativa na primeira pessoa do singular, ou seja, como se tivesse tomando o próprio punho de Rodrigues de Carvalho, misturando fantasia e realidade, numa espécie de “reconstituição histórica e literária deste José Rodrigues de Carvalho aventureiro e perdulário” (SILVA, 2004, p. 96), pois:

Alagoinha nasci, esquecido vilarejo. Sadia infância, tomando banho de bica e brincando de esconder. A dezoito de dezembro do ano próximo terei cem anos, quando sairei do Purgatório. Manuel Rodrigues de Carvalho e Cândida Maria de Carvalho não encontrei mais onde ainda me atormento. Baixote, rechonchudo, côr de chocolate, alegre e buliçoso fui crescendo. Menino inteligente. Arrebatadora inteligência, quereríeis dizer... Aos dez anos, primário concluído, um gênio! (SILVA, 2004, p. 98).

Assim como Octacílio Nóbrega de Queiroz, ainda na introdução a obra, Afonso Pereira da Silva também se preocupa em esboçar detalhes e pontuar elogios sobre a formação e trajetória profissional de Carvalho:

Professor do Liceu Cearense e da Escola Normal foi belo expositor. Quem quiser, leia a ficha que compus. Pontificou no Direito como escritor e, no fórum, foi advogado de talento e ferina ironia. Calado ouvia atento as proesas do promotor anotando-as por volta rijo, cortante e profundo, deus enfurecido a dobrar a convicção do júri por uma lógica de argumentos frios e conclusões irrefutáveis. (SILVA, 1996, p. 127).

No que concerne a carreira literária de Carvalho, o último iniciou seus primeiros passos como poeta projetando-se a partir do poema *Seios* (1901) e mais tarde, com a publicação do livro *Cancioneiro do Norte* (topografia minerva, 1903), vindo a enfrentar as críticas da *Padaria Espiritual*³, de caráter nativista e à aurora do regionalismo realista brasileiro (QUEIROZ, 1970). Neste âmbito, conforme se pode observar, os biógrafos aqui em destaque não medem esforços para exaltar suas qualidades enquanto poeta, compará-lo a intelectuais renomados, além de vislumbrá-lo como um sujeito injustiçado pelo tempo e espaço em que pertenceu:

Polígrafo, ninguém se ajusta melhor à expressão. Jurista, lexicógrafo, jornalista e poeta. Que digam o que quiserem, para mim Rodrigues de Carvalho foi, sobretudo, um literato na verdadeira acepção do termo. Um lírico, que teria sido dos maiores deste País se tivesse sido divulgado convenientemente, se tivesse vivido e atuado no Rio ou em São Paulo. (PINTO, 1970, p. 15) (grifo nosso).

[...] Outra face de sua personalidade passamos a ferir. Trata-se do sonhador, do lírico, do atarracado cavaleiro andante à busca das criações populares, do folclore nordestino, quase esquecido, de sua arte popular, sincrética na contribuição, por mais de três séculos de miscigenação, do índio, do branco e do negro. Na verdade, muitas sombras injustas caíram sobre o nome de Rodrigues de Carvalho, depois que tantos valôres, excepcionalmente ajudados de meios intelectuais e materiais,

técnicos e de divulgação, seguiram os caminhos por êle, Melo Moraes Filho e Sílvio Romero, desvendados. O grande sergipano, todavia, muito mais feliz do que o paraibano. (QUEIROZ, 1968, p.47) (grifo nosso).

Rodrigues de Carvalho desponta como um dos mais vivos e lúcidos prosadores da língua na província. E quanto ao estilo, lembra Euclides, em “Os Sertões”, mais leve embora na ritmia poética. Menos sistemático e seco; mais romântico tendendo a suave realismo. Surpreende e estupefaz. Poucos vezes se apreciou tão próximo arte e ciência, estudo e inspiração, concepção e lógica. Ordem direta, períodos ora curtos, medida sem artifício, seria um anti-parnasiano, mais Euclides, menos Machado, um pouco de Artur Ramos. (SILVA, 2004, p. 141) (grifo nosso).

Na sua trajetória política, de acordo com Queiroz (1968, p.19), Rodrigues de Carvalho ingressou como Deputado Estadual (1908-1912), ressaltando-se de sua atividade parlamentar a Lei que criou o Montépío do Estado⁴, bem como a iniciativa da Lei da Bandeira⁵, sancionada pelo então Vice-Presidente do Estado, Monsenhor Walfredo dos Santos Leal (1855-1942). Além dessas atividades políticas, em 1912, foi nomeado Procurador Geral do Estado, sendo logo em seguida chamado pelo governo Castro Pinto (1912-1915) a desempenhar as funções como Secretário Geral do Estado. Porém, foi em sua atuação como secretário em que Carvalho recebeu maior legitimidade pelos seus biógrafos:

Uma, evidente, dispara alta, é a que se projeta na sua estada na Secretaria Geral do governo, ao tempo de Castro Pinto, em 1912. Fôra uma fase destacada da vida paraibana. O Estado chefiado por um polígrafo. “A União”, o maior jornal do meio, dirigido por um satânico, de grandeza intelectual, que foi Carlos D. Fernandes, perpetuado hoje na palavra e no julgamento de Gilberto Amado. Rodrigues de Carvalho era a terceira pedra da trempe ilustre, onde se acendia diuturnamente o fogo sagrado dos gregos, na sublime interpretação de Toynbee (PINTO, 1970, p. 25)

Rodrigues de Carvalho, quando de suas atividades políticas junto ao governo do Estado, procurava indiscutivelmente ampliar as aspirações. Não lhe faltava talento ou evidente vocação de bem servir e representar um plano maior a pequenina terra natal. E o cablôco afoito de Tauá não se temia da luta. De-certo, adversários poderiam ver, em tudo isso, que êle desconhecia ou desprezava a lição de Maquiavel, do cap. 22, de “O Príncipe”. Aqui, no entanto, o príncipe era tímido e o pêndulo de suas preferências parecia oscilar tal como no verso famoso do “Cid”, de Corneille (QUEIROZ, 1968, p. 85)

No decorrer das obras, acompanhada da história de vida, uma imagem enaltecida é esculpida e atribuída a Rodrigues de Carvalho. Diante dos grandes “feitos” de Carvalho aqui transcritos pelos seus biógrafos, percebemos que esses discursos de legitimidade associadas ao “protagonista” alcançam tal nível de consenso e repetição que assertivamente podem ser tomadas pelo leitor como uma “verdade”.

Na busca de um discurso verdadeiro, o sistema de circulação de sentido, alicerçado num suporte institucional, trata de apontar no interior da sociedade, aquilo que deve ser visto

e dito sempre por intermédio dos outros como uma vontade de verdade, pois segundo Pedro Navarro:

Essa vontade de verdade exerce, ainda, um poder de coerção sobre os discursos, de tal modo que eles passam a buscar apoio e legitimidade no discurso verdadeiro, como uma forma de fundamentar e justificar sua prática na sociedade. Além de se utilizar de um suporte institucional, o desejo de sustentar um discurso de verdade é, ao mesmo tempo, reforçado e reconduzido pelas práticas discursivas. (NAVARRO, 2010, p. 83-84).

As formas de disseminação de um discurso de verdade procura elucidar um lugar de completude de sentidos. O autor destes discursos é o responsável em escolher os fatos, enfatizá-los, produzi-los na sua verdade e por fim, submetê-los à realidade. Segundo ainda Pedro Navarro, “as estratégias de construção de efeitos de realidade funcionam como índices de referencialidade que conferem aos discursos um caráter verossímil, assegurando-lhes a credibilidade” (2010, p. 86).

Contudo, além dos efeitos de realidade que a verdade engendra, esta última também induz e reproduz efeitos de poder, visto que para Michel Foucault (1979, p.12), a verdade não existe fora do poder ou sem poder, bem como ela é produzida no mundo graças as múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Segundo Foucault, cada sociedade possui o seu regime de verdade, ou seja, os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos. Para ele, há um combate “pela verdade” ou, ao menos, “em torno da verdade”, entendendo a verdade como:

[...] ‘conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder’; entendendo-se também que não se trata de um combate “em favor” da verdade, mas em torno de um estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha . (FOUCAULT, 1979, p.13).

A ênfase na memória por parte dos biógrafos, detalhadamente resgatada, surge na vontade de prolongar o passado para o presente, fazendo da história um processo de afirmação da continuidade e da tradição, tomando o lugar de sujeitos reveladores de uma verdade eterna, imbricada em lembranças pessoais e fatos épicos “cristalizantes”. Entretanto, o passado que interessa à história do tempo presente não é um pretérito simples e sim, heterogêneo, afinal, de acordo com Pedro Luis Navarro Barbosa:

[...] Como o passado vive nas memórias, elas são a principal especificidade desse tipo de história. Desse modo, privilegiando as memórias, a escrita da história do tempo presente não somente revive e reinterpreta o passado, como também contribui para que os acontecimentos não caiam no esquecimento (BARBOSA, 2003, p. 115).

Neste sentido, o pequeno livro de Luís Pinto (1970), fruto de uma homenagem feita a Rodrigues de Carvalho como jornalista, a pedido de seu filho, o general Manuel Rodrigues de Carvalho Lisboa, relaciona os relatos de memória contraídos a Carvalho como uma espécie de dívida em que a Paraíba necessita pagar, tendo a necessidade de restaurar a sua história, divulgá-la e por fim, torná-la um mito:

Que a Paraíba, agora, tentando ressarcir essa dívida de honra, complete esta homenagem pela sua Assembléia, pela sua Reitoria, pela Prefeitura da Capital, pela governança do Estado, pela sua Academia de Letras, que seja lançada sua obra completa, difundida no país, para que o Brasil conheça o genial tapuia paraibano. Esse será o desejo dos que amam à cultura, dos que, sentem a volúpia de ver a Paraíba projetada no cenário nacional, e, dosados de fé, acreditam na expressão – sentença de Joaquim Nabuco: “O homem é nome póstumo”. (PINTO, 1970, p. 28-29).

A ideia ambicionada por Pinto em ver a Paraíba projetada no cenário nacional, tendo como renome as obras de Carvalho, não era por mero acaso. Em meio à década de 1960, não só o Estado paraibano, mas todo o país foi marcado pelas contestações de ordem social e política que assolaram o mundo e impulsionaram partidos políticos, movimentos sociais, intelectuais e artistas numa marcha marcada pela crise de valores, mas esperançosamente todos caminhavam com uma perspectiva: mudar a história.

No entanto, em meio a esse contexto, a perspectiva de uma vertente de intelectuais no Brasil, não era só a de mudar a história, mas também construir um novo homem, ou seja, “um autêntico homem do povo, com raízes rurais, do interior, do “coração do Brasil” (RIDENTI, 2000, p. 135). Nesta perspectiva, retomar a “figura” de Rodrigues de Carvalho era necessário, visto que o seu perfil assim como as suas obras, cabiam no contexto enquanto perpetuadores de um discurso debruçado na tradição e essência do Nordeste.

Neste íterim, é importante frisar que junto às homenagens, foi lançado na presença do governador do Estado (na época, João Agripino Filho), o selo comemorativo ao centenário de Rodrigues de Carvalho, como também o seu livro, *Cancioneiro do Norte*, numa reedição do Instituto Nacional do Livro. Neste livro, Rodrigues de Carvalho reúne os poetas anônimos do Nordeste, numa síntese que identifica as distinções e aproximações entre os cantadores a partir dos seus respectivos Estados e práticas culturais, enaltecendo por fim, “a intelectualidade anônima dos filhos do Norte” (CARVALHO, 1995:104), como revela o próprio, em prefácio da 2ª edição, datada em 1928. No seu *Cancioneiro*, Carvalho se utilizou de elementos culturais tidos por ele como autênticos e raros, no qual era resgatado o que estava prestes a ser passado, tomando “vestígios” do folclore e da cultura popular em um

olhar distante que procurava marcar o pertencimento a mundos diversos e respectivamente, revelar a essência da região em meio à história da literatura nacional.

No decorrer do século XX, atrelado transformações urbanas e os ares da modernidade que se difundiam em todo o Brasil, se reforçava culturalmente um espaço da tradição como resistência e luta pela permanência do *status quo* de suas elites. Sendo assim, conforme afirma Albuquerque Muniz, o folclore seria o alicerce para o discurso tradicionalista, bem como elemento de integração do povo nesse todo regional:

O folclore apresenta, pois, neste discurso tradicionalista, uma função disciplinadora, de educação, de formação de uma sensibilidade, baseada na perpetuação de costumes, hábitos e concepções, construindo novos códigos sociais, capazes de eliminar o trauma, o conflito trazido pela sociabilidade moderna. O uso do elemento folclórico permitiria criar novas formas que, no entanto, ressoavam antigas maneiras de ver, dizer, agir, sentir, contribuindo para a invenção de tradições. Construir o novo, negando a sua novidade, atribuindo uma pretensa continuidade, como estavam fazendo com a própria região. Ele seria esse elo entre o passado e o presente. Ele permitiria “perpetuar estados de espírito”. (ALBUQUERQUE Jr, 2009, p. 92)

Mediante a este contexto, compreende-se que não foi à toa que sua obra foi relançada. Rodrigues de Carvalho, assim como outros intelectuais, se preocupou em delinear este discurso tradicionalista, tomando a história como um lugar de produção da memória, a partir da afirmação de uma continuidade conjugada por sujeitos reveladores de uma dita “verdade eterna” que se prolifera dentre as suas lembranças, como uma forma de organizar suas próprias vidas. E foi seguindo esta perspectiva, que os seus biógrafos retomaram a sua trajetória dispostos em considerar seu papel como “grande homem” em meio a representações unilaterais do real e de uma “verdade histórica” no geral, elogiosa, e delineada em afirmações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No século XIX, as biografias tiveram papel fundamental no que condiz a idéia de “nação”, na reprodução de uma história política que exaltava os “grandes homens” e os “grandes heróis”, consolidando-os em símbolos, monumentos e lugares de memória. As glórias nacionais embelezavam o acontecimento, o fato.

No entanto, com a influência da Escola dos *Annales*, conduzida por Lucien Fébvre e Marc Bloch, no início do século XX, a história política e factual aos poucos foi minimizada. Desta forma, a biografia histórica heróica e literária dos grandes homens, retomada pela concepção positivista, começou a receber críticas e passou a se modificar a partir dos anos 70, buscando uma discussão em torno dos rumos metodológicos através da ideia do retorno à política, com a chamada “nova história política”. Conforme Jacques Le Goff, era necessário

romper com a biografia “tradicional, superficial, anedótica e cronológica” e construir uma história do político, uma história do poder sob todos os seus aspectos, nem todos políticos, ou seja, “uma história que inclua notadamente o simbólico e o imaginário” (1998, p. 8).

Todavia, muito embora a maioria das biografias a respeito de José Rodrigues de Carvalho tenham sido publicadas no intervalo da década de 1960 para 1970, ainda assim, pouco se percebe sobre o impacto da nova história política nessas obras. As discussões aqui norteadas trouxeram biógrafos que organizaram racionalmente os fatos, escolheram (e apagaram) relatos, recuperaram dados biográficos de cunho individualista e psicológico valorizaram dimensões políticas e de forma geral, evidenciaram Carvalho como um grande sujeito da história.

Contudo, apesar de discordarmos da maneira “positivada”, linear e coerente como Rodrigues de Carvalho foi por eles retratado, não desmerecemos a contribuição dada por esses autores ao protagonista, tendo em vista a importância em se pensar a cultura histórica, bem como os aspectos sociais e culturais emaranhados no lugar social gestado por Carvalho. Porém, seja para biografar um sujeito que esteja na história oficial ou a trajetória de pessoas mais “comuns”, atentamos para o perigo de apreender as narrativas biográficas como uma “verdade” única e absoluta. Em suma, como diria Michel Foucault, “tem de dar conta do fato de que o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história, e uma história específica que não reconduz as leis de um devir estranho” (2004, p. 144).

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2001.
- BAPTISTA, Pedro. O folclorista. In: *Revista do Gabinete de Estudos de Geografia e História da Paraíba*, João Pessoa, ano 4, n.8, 27, abr. 1936, p. 119-123.
- BARBOSA, Pedro Luis Navarro. *O papel da imagem e da memória na escrita jornalística da história do tempo presente*. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (org). *Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.
- BITTECOURT, Liberato. *Homens do Brasil–Vol.II (Parahyba)*. Rio de Janeiro: 1914.
- BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: FERREIRA, Marieta De Moraes; AMADO, Janaína (org). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- CARVALHO, Rodrigues de. *Cancioneiro do Norte*. 3.ed. João Pessoa: Conselho Estadual de Cultura, 1995.

- CASTRO, Oscar de Oliveira. *Vultos da Paraíba*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1955.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GIRADERT, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GOMES, Angela de Castro (org). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- GOMES, Angela de Castro. *Cultura política e cultura histórica no Estado Novo*. In: ABREU, Martha, SOIHET, Rachel et GONTIJO, Rebeca. *Cultura política e leituras do passado. Historiografia e ensino de História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 43-63.
- LEVI, Giovanni. *Usos da Biografia*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- LIMA, José Ferreira. Rodrigues de Carvalho, o parlamentar e jurista. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*, nº 27, 1995.
- MEDEIROS, João Rodrigues Coriolano de. *O Paraibano*. Revista do Gabinete de Estudos de Geografia e História da Paraíba, João Pessoa, ano 4, n.8, 27, abr. 1936.
- NAVARRO, Pedro. *Uma definição da ordem discursiva midiática*. IN: MILANEZ, Nilton; GASPAR, Nádea Regina. *A (des)ordem do discurso*. São Paulo: Contexto, 2010.
- RIDENTI, Marcelo. *Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- PINTO, Luís. *Rodrigues de Carvalho, o jornalista*. Rio de Janeiro: Aurora, 1970.
- QUEIROZ, Octacílio Nóbrega de. *O homem gordo de Tauá*. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1968.
- SILVA, Afonso Pereira da Silva. *Trilogia*. João Pessoa: Editora do UNIPÊ, 2004.
- SILVA, Demócrito de Castro e. *Retrato Vivo de Paraibanos Mortos*. São Paulo: Saraiva 1969.

NOTAS

¹ Lugar social na perspectiva da “operação historiográfica” de Michel de Certeau (1982). Para Certeau, a operação histórica se refere à combinação de um lugar social, de práticas “científicas” e de uma escrita.

² José Rodrigues de Carvalho nasceu no dia 18 de dezembro de 1867, no povoado de Tauá, pertencente ao município de Alagoinha, no antigo território de Guarabira, Paraíba. Deixou uma bibliografia bastante diversificada em ensaios jurídicos, como também em obras literárias. Faleceu no dia 20 de janeiro de 1935, em Recife, sendo sepultado na capital paraibana a 21 do mesmo mês e ano (PINTO, 1970, p. 17).

³ A Padaria Espiritual foi fundada em 1892, em Fortaleza (CE), e consistiu numa agremiação cultural, congregando nomes tais como Adolfo Caminha, Rodolfo Teófilo, Antônio Sales e Oliveira Paiva. Aos domingos, a Padaria publicava um jornal com registros de literatura brasileira conhecido como *O Pão*. (MEDEIROS, 1939).

⁴ Instituição que busca proteger a previdência dos milhares de servidores públicos estaduais (QUEIROZ, 1968, p.20)

⁵ Lei nº 266, de 21 de setembro de 1907, que introduziu o uso do brasão estadual nos documentos e papéis oficiais do Governo do Estado.